

Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador

*Gey Espinheira**

Introdução

A imprensa registra, a partir de registros em delegacias e no Instituto Médico Legal, um número cada vez maior de homicídios, mas também de outras formas de violência, a exemplo de estupros, prisões por tráfico de drogas, assaltos, seqüestros e agressões físicas. Há uma sensação generalizada que se vive em um período em que a violência está sem controle e que a própria segurança pública se encontra despreparada para enfrentá-la, assim como o crime organizado que compromete pessoas situadas em posições elevadas das instituições públicas.

As rebeliões em presídios de São Paulo em fevereiro de 2001, no domingo anterior ao carnaval, demonstraram um poder extraordinário de organização de criminosos que pertencem a diversos grupos que se estruturam como entidades, a exemplo do Primeiro Comando da Capital – PCC – com fins de preservação de indivíduos e grupos envolvidos com o tráfico de drogas, seguramente o ramo mais lucrativo das atividades criminosas da atualidade, mas também o contrabando de armas e assaltos a bancos e outros estabelecimentos. Em outro sentido, as práticas criminosas se multiplicaram, praticadas por indivíduos e grupos (quadri-lhas), cada vez mais numerosos, que assaltam residências, transporte coletivo urbano e interurbano, promovem seqüestros relâmpagos para saques em caixas eletrônicos; há ainda um número extraordinário de estupros e outras agressões. De modo

generalizado se dá a banalização da violência, e isso leva ao sentimento permanente de medo, de angústia, de sofrimento.

A sociedade da violência é também a sociedade violentada e em seus membros verificam-se sentimentos que podem ser traduzidos como: de consumo, de medo, de frustração, de vingança e mesmo de desespero. Em suma, não é um sociedade boa, mas a sociedade da ameaça, da impunidade e da vingança.

A fala da violência

A temática da violência é freqüentemente retomada, sobretudo no Brasil e particularmente na Bahia, em que acontecimentos extraordinários têm chamado a atenção da sociedade. Falo em extraordinário no sentido da comoção social, em oposição ao banal em que a violência se naturaliza pela repetição ao atingir pessoas comuns e em bairros pobres, como se com essa gente e nesses lugares o que acontece é o esperado e não surpreende.

Estamos todos chocados com o brutal assassinato de uma garota de oito anos, estuprada e afogada por três jovens, de 15, 16 e 18 anos, num dos bairros periféricos de Salvador¹. O que chamou a atenção da imprensa e a forma indignada de comunicar o fato foi a brutalidade, a frieza e as situações em que se envolveram os assassinos, os familiares e vizinhos, sobretudo quando recorreram à polícia e sentiram a falta de empenho, e mesmo a recusa, em socorrer a jovem desaparecida. Aparece na im-

prensa uma declaração de um policial “não vou porque a filha não é minha”.

O fato é recentíssimo, e logo mais cairá no esquecimento porque, como notícia jornalística perde impacto com o tempo, as emoções se saturam e o esquecimento toma o seu lugar. Mas esse fato, em que duas meninas foram raptadas, sendo que a primeira, de sete anos, conseguiu, por sorte, escapar do estupro e a segunda foi vitimada, remete a outros, especialmente ao de um casal jovem, também assassinado; de uma outra, também jovem, embora não mais adolescente, seqüestrada, estuprada e assassinada. E assim a memória vai recolhendo dezenas, centenas e, nos últimos três anos, milhares de assassinatos, de estupros, sem falar em outros tipos de agressões contra a pessoa.

Em quase todos os casos nota-se uma flagrante ineficiência e brutalização da ação policial, como se essa instituição estivesse fora da sociedade e agisse tão-somente a partir de suas próprias motivações. Tal é o quadro em que a instituição policial tem se debatido com a sociedade civil, como algo que não lhe pertence, mas a um segmento governamental, também este como se fosse algo externo e superior à sociedade.

Poderíamos dizer que a violência é uma forma social de ser, um modo de representação de vontades, de interesses de indivíduos e grupos sociais. Não estaríamos equivocados em fazer essa afirmativa, mas precisamos ir além dessa constatação simplista se quisermos falar de violência com propriedade.

Nos exemplos citados expusemos, ainda que implicitamente, a natureza da violência: em primeiro plano, as classes sociais; em segundo, a sua forma de expressão. Pois uma mesma forma de expressão, digamos, comum ou corriqueira, ecoa diferentemente se as personagens envolvidas forem de distintas classes sociais. A morte de uma pessoa rica ou famosa sempre desperta interesse, pois é como se não devesse morrer já que tem possibilidades de realização do que deseja, que tem *validade* social, ao contrário da de uma pessoa po-

bre e descentralizada, isto é, moradora dos arredores, da periferia, para quem a vida é uma dificuldade imensa e essa pessoa é vista como mais uma e, mesmo, uma “inútil”.²

É a forma como o fato social se dá que comove ou entedia, mesmo em se tratando de assassinatos. E esse é o caso que ilustramos no início. A morte da garotinha – e aqui vale, de fato, o diminutivo – traduz a brutalidade do estupro premeditado de uma menina de oito anos, por três jovens

que a classificação do senso comum denominaria de “marmanjos”; a morte do jovem casal de classe média e influente, numa tarde e numa praia deserta, remete à interrupção de um idílio, a uma invasão do paraíso e ao absurdo; a morte da outra jovem, jornalista, espanta pela crueldade, pela brutalidade e pela figura indefesa nas mãos de três homens estranhos e grotescos por dois dias seguidos, desaparecida de seu mundo e vivendo um outro, constituído de pesadelos

intermináveis, até o desfecho final, um tiro na cabeça.

Além desses registros, poderíamos falar de tantos outros, das mortes cotidianas na realidade fragmentada de cada um de nós. São jovens, na madrugada, arrancados de suas casas, às vistas de mães e irmãs, às vezes também dos pais, por homens brutais, encapuzados e mortos a tiros; esses sons que explodem, não antes de preces, de pedidos de misericórdia, e que anunciam a morte. Morrem com pouca idade, adolescentes e jovens adultos, em sua maioria entre 14 e 29 anos³. São centenas por mês, são milhares em dois ou três anos.

Quais as razões para tanta violência? As respostas mais freqüentes apontam na direção das condições estruturais da sociedade brasileira: pobreza, miséria. E esse tipo de resposta tem sua razão de ser. Quando fazemos a distribuição espacial da violência vamos encontrá-la bem mais nítida e ampliada na periferia e é nos bairros que a compõem que estão os mais numerosos registros de casos, sobretudo de homicídios⁴. A correlação é, então, estabelecida: pobreza é causa, pelo menos

A violência é uma forma social de ser, um modo de representação de vontades, de interesses de indivíduos e grupos sociais. Não estaríamos equivocados em fazer essa afirmativa, mas precisamos ir além dessa constatação simplista se quisermos falar de violência com propriedade.

contribuinte, da violência. Poderíamos pensar, também, que pobreza é violência em si mesma, e aí deslocaríamos a causa primeira para outros fatores, mais precisamente para aqueles que fazem a pobreza. Mas como a violência, em quase todas suas formas, não é exclusiva da pobreza, o problema é facilmente deslocado para a “natureza humana”,⁵ como inerente ao ser humano, e assim enveredamos por um caminho que não nos leva a nada e que escamoteia o que queremos ver e sentir.

Se falamos, por exemplo, de três homens numa tarde, ali postos quase que ao acaso, que avistam um casal jovem, 14 e 17 anos, de mãos dadas andando numa praia e para eles se dirigem e tomam violentamente a jovem, eliminam as resistências do rapaz, assim como a ela que a estupram e logo assassina os dois, nos perguntamos que tipos humanos eram aqueles. A mesma pergunta nos exige uma definição desses três jovens, também numa tarde de um bairro periférico, populoso, que miravam crianças para satisfazerem-se sexualmente com elas, talvez num jogo de afirmação de atitudes, e atacam uma e estupram violentamente a outra e a matam asfixiada e logo em seguida a afogam num charco. O que teria degradado essas pessoas a ponto de torná-las, nesse ato, sem nenhuma *humanidade*? Estão dando um troco? Estão descontando o que sofreram?

Mudemos de endereço, vamos a bairros ricos, fitemos jovens saudáveis, bem vestidos e, lá e com eles, vamos também encontrar estupros e assassinatos, mas sempre em menor número do que aqueles que encontramos nos ambientes pobres. O que acontece, então, que diferencia essas duas realidades? Em primeiro lugar vamos falar de relações sociais que são mediadas pela presença e pela disposição de mecanismos sociais institucionalizados, aos quais se recorre quando conflitos se estabelecem; em segundo lugar, falemos das disposições internalizadas, no modo de vida dessas pessoas, que sabem, no mais das vezes, como acionar esses mecanismos. No outro extremo, na pobreza, os meios institucionalizados são vetores de violência, seja pela atuação, no caso da polícia por exemplo, seja na omissão, e aí temos a própria polícia como omissa ou ausente; mas as dificuldades são também em outros setores: educação, saúde, moradia, lazer, infra-estrutura urbana etc. Esse

conjunto de fatores delinea um quadro de precariedade no qual a vida é também precária; a violência, portanto, não é aí uma questão de eventualidade, mas está inseminada e se dissemina em todas as direções, não dependendo, assim, de momentos extraordinários.

Hipóteses sobre as razões da violência

O estudo da “Sociabilidade e violência no cotidiano de vida⁶” procura conhecer as disposições internalizadas nos grupos mais jovens, sobretudo entre aqueles de 12 a 31 anos, intervalo de idade no qual se encontra a faixa etária com a maior concentração de mortes na cidade do Salvador: 15 a 29 anos. A abordagem desses grupos cobre as duas fases da adolescência e as outras duas, a da juventude de mulheres e homens já adultos. O objetivo principal é conhecer as formas de vida cotidiana, as aspirações, os objetivos de realização de projetos de vida, as animações da vida, por um lado e, por outro, os meios de que esses jovens dispõem para realizá-los: o patrimônio e o capital cultural; as possibilidades e formas de articulação social; as relações sociais instrumentais e afetivas.

As hipóteses principais abrangem as *condições*⁷ de vida dos moradores e praticamente se bifurcam em duas direções, sendo uma a da *violência como necessidade* para determinados indivíduos e grupos que não têm outras possibilidades de realização de projetos, senão através da execução de ações transgressoras e criminosas. São os que já estão marcados por ações anteriores e que se encontram em “situação sem volta”, os “marginais”, os que têm “passagem na polícia”; são também os que não dispõem de possibilidades – habilidades – para o trabalho, nem para o *primeiro emprego*, mas também são os que internalizam a disposição para a violência como meio de sobrevivência, *agressividade necessária*⁸ para superar agressões, medo e frustrações no cotidiano de vida.

A segunda direção nada tem de instrumental, é a dimensão da *violência desnecessária*, ou seja, aquela que se esboça em irrupções de intolerância e resulta em assassinatos por “motivos fúteis”. Nesses casos, o valor da vida está em baixa e desacordos interpessoais terminam na eliminação do outro. Tais situações não são exclusivas dos jo-

vens, mas são eles que aparecem em maior número como vítimas (41,8%)⁹.

Há um grande número de jovens que vivem um cotidiano dramático de privações, de humilhações e agressões, e que têm em mente “descontar” os constrangimentos a que são submetidos; outros tantos avaliam que “não têm nada a perder” e se predis põem a ações de risco como única alternativa possível para realizar seus objetivos, mesmo que estes não sejam racionalizados, mas resultantes da simples existência cotidiana: prover alimentação, diversão, voluptuosidade e outras satisfações corriqueiras ou extraordinárias, em que o dinheiro tem um significado especial, na verdade torna-se imperativo.

Violência e juventude

A cidade do Salvador é particularmente atraente para a juventude por ofertar um leque de possibilidades de participação social na forma concebida como “sociabilidade”, conceito basicamente desenvolvido por Simmel¹⁰, na sua concepção das formas sociais de socialização, de organização e de ação social desinteressada, afetual.

A violência que se funda sobre as desigualdades e a eliminação física do outro é a sua expressão mais extrema. A marginalidade e a exclusão são as fontes da *violência necessária*, enquanto que as *diferenças* são a inspiração da *violência desnecessária*. Esta segunda vertente situa-se no plano cultural e se expressa no lúdico, na festa e na diversão. São formas culturais de resistência social à exclusão, agressividade no sentido da inclusão, da participação efetiva, do estar junto, do compartilhar emoções.

A observação dos “tempos e lugares do crime”¹¹ dá-nos a certeza da correlação entre pobreza e violência e isso nos leva à noção sociológica de desigualdade socioeconômica e de diferenças sociais; enquanto que a primeira noção nos situa no plano econômico da capacidade de consumo e de capital social, sobretudo o educacional, a segunda nos conduz à percepção do campo da cultura e da etnia, que em Salvador tem uma relevância extraordinária por se tratar de uma cidade com população predominantemente afro-descendente.

Essa situação amplia a complexidade da compreensão da violência e de seus significados, e nos leva à hipótese de uma processo corrosivo de desvalorização da vida do *tipo comum*, de um ser desvalorizado que forma um contingente numeroso e “inútil”. É preciso observar com cuidado e sem preconceito, que a pobreza na sociedade contemporânea não é mais “virtude” e “virtuosa”, como a reconhecia a ética cristã do catolicismo tradicional, da piedade e da caridade, cuja ideologia era a de fazer

do sofrimento uma virtude, o que assegurava aos sofredores a bênção divina. Concordamos plenamente com a idéia de que essa “inutilidade” e essa *excessiva presença*, levam à desvalorização completa dessa gente como “inútil”¹² ou como “sujeira”¹³.

As reações à ligação de pobreza com o crime estão na base dessa ideologia que já não dá conta do fato de que na sociedade contemporânea as pessoas recusam a idéia de “lugar”, isto é, que tenham um posição predeterminado na sociedade como podia ser expresso na velha imposição: “procure o seu lugar!”, olhe o seu lugar!”¹⁴. Se, por acaso, muitos adultos, sobretudo os mais velhos, ainda conservam essa idéia estratificante, os jovens a recusam plenamente, se rebelam e transgridem todas as formas impositivas que procuram firmá-la como modo de controle social.

Assim, impedidos de trabalhar, pois o sistema produtivo não oferece a chance do primeiro emprego – e isso se agrava com a precariedade da formação educacional, que não predispõe o indivíduo como um trabalhador conhecedor de modos de fazer coisas, mas como um ser destituído de aptidões formalizadas – desencantados da possibilidade de inserção formal, os jovens se entregam a um ócio improdutivo e voluptuoso, no qual a presença de substâncias psicoativas é freqüente, e em seguida se iniciam em práticas transgressoras como única saída para a obtenção de recursos.

Pequenos furtos, roubos e assaltos são as primeiras ações dos recém-iniciados e eles pagam muito caro por esses atos quando são reconhecidos como reincidentes. A “justiceiros”, recorrem os

A violência que se funda sobre as desigualdades e a eliminação física do outro é a sua expressão mais extrema. A marginalidade e a exclusão são as fontes da *violência necessária*, enquanto que as *diferenças* são a inspiração da *violência desnecessária*.

comerciantes para fazer a “limpeza da área” e logo esses jovens se encontram como vítimas, assassinados em série nos bairros periféricos, o que alimenta a estatística criminal.

Essa relação radicalizada em que a morte é a medida acaba por banalizar a violência em sua forma extrema, a desvalorização da vida. A resposta dos jovens é a mesma, em caso de risco reagem eliminando a sua vítima. Essa situação não é nova, mas tem se agravado nos últimos anos de forma exponencial a ponto de ser considerada como uma epidemia pela sua propagação¹⁵. Fica, entretanto, o fato verdadeiro: são os jovens as vítimas desse confronto desigual e obscuro. Vale recorrer a Prado¹⁶:

...Pode-se dizer que quando a violência parte da conduta dos próprios jovens os papéis estão por igual pré-definidos, especialmente naquelas hipóteses em que o adolescente autor do comportamento violento preenche os requisitos que o vinculam ao modelo básico de agressores (preto ou mulato, oriundo das mais baixas camadas sócio-econômicas, inserido este adolescente em uma família 'desestruturada') (...) O processo de vitimização, difundido principalmente pelos meios de comunicação social, identifica no jovem o sujeito passivo, auxiliado pelos preconceitos sociais que levam o indivíduo a temer converter-se nessa vítima de delito, de sorte a estabelecer paradigmas rígidos, intransponíveis e inconciliáveis, conforme acentuou Garcia-Pablos de Molina, para quem *este medo ou temor ... (é) um problema real com independência de sua etiologia, isto é, tanto se tem uma base certa e objetiva, como se se trata de um medo imaginário e sem fundamento, produto de uma defeituosa percepção da realidade.*

Trata-se da percepção de um *tipo social criminoso* idealizado, que, no caso, é o jovem baiano pobre, numerosíssimo em Salvador, sobretudo nos bairros periféricos. Esse tipo comum e que está nas ruas desses bairros pobres é visto como *vagabundo* e *marginal* pela polícia, que o trata desse modo quando faz batidas ou revistas, humilhando e não raro agredindo fisicamente. Esse é o tipo suspeito e de tal modo que todos os cidadãos são enquadrados nessa suspeição se tiverem o fenótipo afro-descendente.

As direções e a ecologia da violência

A violência tem, assim, diversas direções e uma delas é a da segurança pública, que sempre se ex-

pressa de forma truculenta quando se trata de algum tipo de ação em bairros populares ou em contexto em que as pessoas são do povo, a exemplo das *blitze* nos ônibus urbanos como prevenção aos assaltos numerosíssimos aos coletivos em Salvador, como registra a imprensa: “...Todos dentro de um ônibus são suspeitos, em primeira mão. Por que? Porque são pobres, alguns negros, outros mulatos? Quantos negros, mulatos e pobres há entre os policiais que olham a gente trabalhadora e honesta como se fossem bandidos?”¹⁷. Poderíamos citar matérias dos jornais que diariamente se referem à truculência policial nos bairros pobres de Salvador, uma sucessão de violações dos direitos humanos; também o número de mortes de “suspeitos” quando de ações legais da polícia. Assim, a violência institucional se choca com a outra violência e essa relação cria a “cultura da violência” ou o modo violento de ser e de viver nesses ambientes desamparados.

O número de mortos acumulado nos últimos anos, 1996-1999, é de 3.369 assassinatos na cidade do Salvador e em quase sua totalidade as mortes ocorreram nos bairros populares. Esses dados de *A outra face da moeda*, obra citada, são corroborados nos levantamentos de *A Cidade repartida*, acima citada, particularmente no capítulo “No limite da violência urbana”, em que são destacados os principais bairros ou regiões com maiores incidências de assassinatos, a saber: “Periperi (subúrbio), Beiru (região), Rio Vermelho (Nordeste da Amaralina), São Caetano (região), Pau da Lima (região) e Bonfim (região). Estes dados confirmam a tese da distribuição desigual da violência no espaço urbano”¹⁸.

Consideramos importante o enfoque da urbanização da violência, pois sabemos que uma das *causas* da violência é o ambiente urbano, ou seja, retomando o conceito operacional de “condição” e aplicando-o à *condição urbana* a que os indivíduos estão submetidos, particularizando modos de ser, de sentir e de resolver problemas que se apresentam na vida cotidiana. Bairros sem serviços ou precariamente atendidos, marcados pela homogeneização da pobreza, de miséria existencial que impede a privacidade e expõe uns aos outros numa intolerável aproximação e visibilidade, seja por conta das terríveis condições de moradia, seja pelo excessivo avizinhamo delas; de frustração e obstáculos à

realizações dos projetos de animação da vida; tudo isso contribui para o estabelecimento de uma barbárie urbana na qual os assassinatos, estupros, agressões as mais diversas são expressões cotidianas que envolvem direta ou indiretamente todos os moradores. Não se trata, pois, de situar a violência como um componente intrínseco à “natureza humana”, mas às condições sociais que *desumanizam*, que embrutecem, como demonstra o monitoramento do crime nos tempos e nos espaços da cidade.

Vendo desse prisma, o controle da violência estaria na superação das condições mais dramáticas de vida, da ausência de instituições de mediação e de espaços de lazer, e em grande medida da precaríssima formação educacional dos mais jovens, submetidos a um padrão educacional completamente distanciado da realidade contemporânea, seja na forma de composição espacial dos estabelecimentos escolares, seja na sua forma de organização administrativa e pedagógica. A escola é hoje problematizada como um lugar de violência, especificada como “violência na escola”, em que têm acontecido casos de assassinatos dentro dos estabelecimentos e mais comumente brigas, agressões e falta de controle disciplinar por parte da administração da escola. Quando se trata de cursos noturnos o quadro é mais dramático.

No momento, aprofundando os estudos sobre a violência em Salvador, enfocamos uma região da cidade que tem aparecido nos últimos anos como a de maior concentração de assassinatos, estupros e outros crimes – o Subúrbio Ferroviário. O contexto do estudo e o seu recorte estão relacionados com um espaço urbano diversificado, em que há comunidades tradicionais seculares, conjuntos habitacionais da década de 70 e outros mais recentes, e invasões, na típica urbanização de favela, que propõem contrastes sociologicamente relevantes, envolvendo variáveis como: moradia, procedência, cor, sexo, idade, ocupação e religião. É uma fauna humana diversificada e em permanente conflito por território, por sobrevivência em atividades econô-

micas e buscas afetuais, conformando um estilo de vida que pode ser traduzido, de modo geral, por *resistência da pobreza à exclusão*, e isso inclui a transgressão e o crime.

Os bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, espaços da cidade em que ocorrem a maioria dos homicídios, sobretudo de jovens, negros e do sexo masculino; nessa área da cidade, que ainda preserva a denominação de “subúrbio”, de uma época remota em que, ao longo dos trilhos da Rede Ferroviária Federal Leste Brasileira, dos conhecidos “trens da Leste”, nas estações de passageiros surgiram, ainda no século XIX, comunidades quase que autônomas constituindo uma constelação de lugares suburbanos. Posteriormente, quando da implantação do Centro Industrial de Aratu e, em seguida, do Pólo Petroquímico de Camaçari, essa área se modificou por completo, recebendo um contingente populacional de trabalhadores e de desempregados, ultrapassando hoje meio milhão de habitantes, no que se poderia denominar de urbanização de pobreza.

É nesse espaço que mais se morre em Salvador, mas é também aí que se encontra uma juventude inquieta e participante, sobretudo de grupos musicais que vão do pagode ao *rap*, ao *hip-hop*, ao *rock*, ao *funk* e à *axé music*. A *periferia*, com todas suas implicações numa época de exclusão social, de falta de possibilidades de trabalho para uma determinada juventude, de desemprego de uma grande massa de adultos jovens e velhos, na Região Metropolitana de Salvador, recordista de desemprego no País.

É importante compreender o limite entre a conformação com a sociedade formal e legal, moral e comunitária, e a transgressão e o crime como mecanismos eficazes de realização pessoal ou grupal de projetos de vida. Assim, as situações dramáticas e trágicas, ou seja, aquelas em que indivíduos e grupos sofrem desvantagens sociais e lutam para superá-las e aquelas em que o *destino*¹⁹ determina a trajetória de vida e morte. São duas concepções sociologicamente estudadas de condições de vida,

O controle da violência estaria na superação das condições mais dramáticas de vida, da ausência de instituições de mediação e de espaços de lazer, e em grande medida da precaríssima formação educacional dos mais jovens, submetidos a um padrão educacional completamente distanciado da realidade contemporânea.

de envolvimento social, em que os indivíduos jogam com possibilidades de escolha ou vivem a determinação de situações que os aprisionam a um modo de ser e, desse modo, não têm poder de decisão.

Drama e tragédia marcam, assim, a vida de muitos milhares de pessoas e é preciso se conhecer os limites e as possibilidades dos indivíduos no contexto das condições sociais em que vivem e que formas de comunicação e serviços, que outros arranjos podem ser acionados para a superação desse quadro social perverso.

Conclusão

Violência não é, em sua essência, uma questão de polícia; a segurança social sim, ainda que não exclusivamente dependente do policiamento, mas dele necessitando para se efetivar. A violência, como foi vista, está relacionada à negação de um referencial civilizatório que permita o domínio da argumentação e da razão sobre outras formas de expressão da contrariedade e de realização de intenções pessoais. Em outras palavras, mecanismos de coesão social, de sociabilidade e de socialidade em meio a possibilidade de realização de projetos de animação da vida. Obstáculos e frustrações são fatores que operam como anti- sociais e no contexto do individualismo contemporâneo desencadeiam ações violentas.

Não são apenas as condições estruturais – aquelas que remetem ao distanciamento das causas, ao obscurecimento e à sensação de que nada pode ser feito nas instâncias próximas – que provocam a violência como modo de ser, são, em boa medida, situações de desamparo, de falta de cuidado, de humilhação em situações que poderiam ser controladas, mediadas e superadas através de políticas públicas objetivas e próximas. Nenhum fórmula excepcional, é preciso apenas pôr em prática serviços bem organizados nos bairros populares: delegacias, educação, saúde, lazer e outros necessários, capazes de atender bem aos moradores. Portanto, uma modificação simbólica, de início, no ambiente urbano favorável à marginalidade e ao crime, e a necessária reurbanização civilizada de fruição da vida.

Nos bairros periféricos a presença de cadáveres nas ruas ao amanhecer do dia é freqüente. Os mortos, assassinados por homens encapuzados que retiraram outros homens de suas casas à noite, em presença de seus familiares, e os levaram para a morte; mas também os assassinatos dentro da moradia, nos bares, nas caçadas. São os grupos de extermínio, a exemplo do caso que noticia a imprensa: “Dois homens executados quando bebiam em bar”: “Três dos quatro homens que ocupavam um Fiat cor vermelha, placa não anotada, mataram

a tiros, na noite de anteontem, dois amigos que tomavam cerveja e comiam peixe frito, no balcão do Bar do Buja, localizado na Rua Carlos Gomes, em Periperi, a poucos metros da 5ª Delegacia, subúrbio ferroviário de Salvador”²⁰.

Poderíamos, como dissemos, apresentar uma série de situações que descrevem as formas de assassinatos, as circunstâncias, os envolvidos e as motivações, mas esse é um outro estudo que está em andamento, integrando o projeto que estamos iniciando e que se denomina “Redução de danos sociais nos bairros do subúrbio ferroviário de Salvador”, patrocinado pelo Ministério da Justiça e executado pelo Ministério Público do Estado da Bahia e pela Universidade Federal da Bahia – Centro de Recursos Humanos (CRH). No âmbito desse projeto de formação de agentes sociais de defesa da cidadania, situa-se a pesquisa “sociabilidade e violência no cotidiano de vida”.

Uma nova abordagem do problema da violência urbana, enfatizando a urbanização da violência, assim como a violência das desigualdades sociais e econômicas e a violência da discriminação das diferenças. A partir desses enfoques, relutamos em aceitar a idéia de uma “cultura da violência” e privilegamos a do embrutecimento de pessoas que vivem a “*condição de violência*” em decorrência da *urbanização da violência*.

A violência, enfim, não é uma “doença”, mas sim uma resposta social que se manifesta numa pluralidade de ações e de direções. Não há, portanto, patologia social, e sim agressividade e barbárie, nichos de anti-sociedade, de regressão civilizatória no conjunto mais amplo da sociedade que procura se referenciar nos direitos humanos,

que constrói a cidadania no ambiente propício da democracia, única possibilidade para a construção da Civilização.

Notas

- 1 A TARDE. Assassinato de criança causa revolta. Salvador, 23/03/2001, p. 20.
- 2 “Os excluídos estão à margem das relações de produção ou ocupam posições tão frágeis que não se enquadram como proletários. Apesar de numerosas atividades ‘paralelas’, eles não constituem um outro mundo, aquele da economia informal e, à exceção dos assalariados, sua pobreza é *inútil*”. DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Seuil, 1994, p. 139.
- 3 Cf. OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- 4 ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: Cf. OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.) *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.
- 5 “...Se fosse removido todo o medo, a natureza humana tenderia com muito mais avidez à dominação do que a construir uma sociedade. Devemos portanto concluir que a origem de todas as grandes e duradouras sociedades não provém da boa vontade recíproca que os homens tivessem uns para com os outros, mas do medo recíproco que uns tinham dos outros”. HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.32.
- 6 Projeto em desenvolvimento no Centro de Recursos Humanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa “Cultura, cidade e democracia”, sob a coordenação do professor e pesquisador, sociólogo Carlos Geraldo D’Andrea (Gey) Espinheira.
- 7 O conceito de *condição* é tomado de BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1994, p. 27: “*Condição* traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado”.
- 8 Cf. LORENZ, Konrad. Falhas de padrões comportamentais que perderam o sentido original [122-149] e As dificuldades da juventude na atualidade [176-184]. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. 2. ed.; Tradução de Horst Wertig. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

9 Cf. OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.) *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000.

Cf. também CARVALHO, José Antonio. (Org.) *Salvador: cidade repartida..* Salvador : Comissão dos Direitos do Cidadão da Câmara Municipal, 2001.

10 SIMMEL. Sociologia. In: Evaristo de Moraes Filho (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli, et al. Nome da coletânea? São Paulo: Ática, 1983.

11 Cf. ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; S. RIBEIRO, José. ZANETTI, José Carlos. (Org.) *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, 2000. p. 30-43.

12 Cf. DUBET, François e MARTUCCELLI, Danilo. *Dans quelle société vivons-nous?* Paris : Seuil, 1998, p. 139.

13 BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 24.

14 Cf. DA MATTA, Roberto. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: *Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [139-193].

15 “Para a USP, aumento de homicídios entre jovens no Brasil é ‘epidemia’ “Em 1980, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes era de 19,9. Em 1998, esse índice chegou a 68,5”. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, 07/11/2000, p. 4.

16 PRADO, Geraldo. Violência infanto-juvenil e os processos de vitimização. In: *Tema de vitimologia*. KOSOVISKI, Ester; SÉGUIN, Éliada (Org.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000 [123-129] p. 124.

17 A TARDE. Tempo presente: A Truculência da PM, Salvador, 1º/05/2001, p. 2.

18 Ob. cit. p. 27-28.

19 Tomamos aqui na acepção de *destino* as situações objetivas em que os indivíduos são envolvidos e se envolvem sem meios de voltar atrás, como se condenados *a priori* pelo estilo de vida a que são forçados. São, portanto, situações sociais objetivas que *condenam* esses indivíduos a um *destino*.

Referências bibliográficas

A TRUCULÊNCIA da PM. *A Tarde*, Salvador 1º maio 2001. Tempo presente, p. 2.

- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARVALHO, José Antonio. (Org.). *Salvador: cidade repartida*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 2001.
- COTIDIANO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 nov. 2000. p. 4.
- DUBET, François, MARTUCCELLI, Danilo. *Dans quelle société vivons-nous?* Paris: Seuil, 1998. 139 p.
- ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, Nelson de; MULERT, Lutz; RIBEIRO, José S. et. al. (Orgs.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Arquidiocese de Salvador, 2000.
- HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 32 p.
- LORENZ, Konrad. As dificuldades da juventude na atualidade. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. Tradução de Horst Wertig. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.176-184.
- _____. Falhas de padrões comportamentais que perderam o sentido original. *A demolição do homem: crítica à falsa religião do progresso*. Tradução de Horst Wertig. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 122-149.
- MATTA, Roberto da. Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. *Carnaval, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 139-193.
- OLIVEIRA, Nelson de, MULERT, Lutz, RIBEIRO, José S. et. al. (Orgs.). *A outra face da moeda: violência na Bahia*. Salvador : Arquidiocese de Salvador, 2000.
- PRADO, Geraldo. Violência infanto-juvenil e os processos de vitimização. In: KOSOVISKI, Ester; SÉGUIN, Élica (Org.). *Tema de vitimologia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p. 123-129.
- SIMMEL. Sociologia. Evaristo de Moraes Filho. (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli et al. São Paulo: Ática, 1983.

*Gey Espinheira (Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira) é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Graduação e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia; pesquisador associado ao Centro de Recursos Humanos (CRH) da UFBA; coordenador da linha de pesquisa "Cultura, cidade e democracia: sociabilidade, representações e movimentos sociais urbanos".